



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679998 - SP (2021/0218418-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : REUBI FERRAREZI SANTIAGO  
**ADVOGADO** : REUBI FERRAREZI SANTIAGO - SP382625  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JAIR CARDOSO DE MORAES (PRESO)  
**CORRÉU** : WALISON GUSTAVO FERREIRA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAIR CARDOSO DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501176-81.2020.8.26.0666).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos 9 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 680 dias-multa como incurso nos arts. 33, *caput*, c/c art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Interposta apelação, foi dado parcial provimento ao recurso do paciente para redimensionar as penas para 5 anos e 10 meses de reclusão e 583 dias-multa.

O impetrante alega a ausência de fundamentação idônea para afastar a aplicação da causa de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, pois foi baseada na quantidade e na variedade de drogas, bem como que o paciente, que é primário e tem bons antecedentes, se dedicaria à atividade criminosa.

Sustenta que a quantidade e a natureza dos entorpecentes não são requisitos previstos no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 para a aplicação da redução e que, caso haja o entendimento de que deva ser valorada a quantidade de drogas para aplicação da pena, tal circunstância deve ser utilizada de modo a modular as frações a serem aplicadas na primeira ou terceira fase da dosimetria.

Requer que seja aplicada a causa de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, em seu patamar máximo; a fixação do regime inicial aberto nos termos do art. 33, § 2º, c, do Código Penal; a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a restituição do veículo dado perdimento, por se tratar de bem de origem lícita.

Pleiteia que, caso não seja esse o entendimento, seja fixado o regime semiaberto.

No mérito, pugna para que seja concedida a ordem de *habeas corpus*, ratificando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente